

Análise da retenção no ensino superior a partir do curso de bacharelado em Relações Públicas da Universidade Federal da Paraíba¹

Danilo dos Santos Araujo²

Josilene Ribeiro de Oliveira³

Universidade Federal da Paraíba

Resumo

O presente trabalho investiga os fatores que influenciam a retenção no curso de Bacharelado em Relações Públicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A pesquisa adota uma abordagem metodológica quali-quantitativa, utilizando dados quantitativos sobre o fluxo discente (ingressantes, cancelamentos, egressos e ativos) entre os períodos de 2015.1 e 2019.1. Também foram aplicados questionários a estudantes em retenção (n=11) e entrevistas semiestruturadas (n=3) para aprofundar a compreensão das experiências subjetivas. Os resultados preliminares apontam para um perfil de estudante em retenção majoritariamente feminino, trabalhador, natural da Paraíba, com renda média pouco maior que um salário mínimo, que estão em sua primeira graduação, apontando para a necessidade de considerar a complexidade das trajetórias acadêmicas e as diversas barreiras enfrentadas pelos estudantes.

Palavras-chave: Retenção Acadêmica; Ensino Superior; Relações Públicas; Paraíba; Marcadores Sociais.

Corpo do trabalho

A retenção acadêmica se estabelece quando o discente extrapola a duração padrão para a integralização do curso (4 a 4,5 anos) mantendo a matrícula ativa (Lima et al., 2019). Na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), esse estado é definido quando o aluno excede o prazo regular, acrescido de um ano (UFPB, 2024b).

Este trabalho objetiva compreender as relações entre os marcadores das diferenças sociais e a retenção acadêmica dos ingressantes do curso de Relações Públicas (RRPP) da UFPB, entre os períodos letivos de 2015.1 a 2019.1. O curso foi marcado por um baixo número de egressos nos anos iniciais, apenas 79 durante a década de 1980 (Oliveira, 2014). Após reformulações, houve crescimento no número de vagas e egressos, acompanhado da elevação das taxas médias de evasão e retenção. Situação que vai ao encontro do apontado

¹Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Ensino, Formação e Pesquisa, atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

²Bacharel em Relações Públicas, Universidade Federal da Paraíba, danilo.santos@academico.ufpb.br.

³Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora orientadora no curso de Relações Públicas da UFPB. E-mail: josilene.ribeiro@academico.ufpb.br

por Lima (2019), que reconhece haver queda dos índices positivos com o aumento do número de vagas.

A pesquisa se justifica pela necessidade de identificar, compreender e enfrentar as desigualdades existentes no ensino superior, bem como pela busca de pistas que possam contribuir na discussão sobre a construção de instituições de ensino de excelência, eficientes em seus propósitos, sem abrir mão de acolher as pluralidades. Assim, marcadores como raça, gênero, classe, ocupação, parentalidade e estado civil, são norteadores para a construção e análise dos dados.

Trata-se de uma pesquisa documental de abordagem quali-quantitativa. Adotamos a metodologia de análise longitudinal⁴ e trabalhamos com três conjuntos de dados, sendo eles: 1) relatório semestral da situação de retenção e insucesso por período de ingresso no curso, disponibilizados pela Coordenação do curso de Relações Públicas da UFPB; 2) dados demográficos e socioeconômicos coletados via questionário online por meio da plataforma *Google forms* (n=11) e 3) depoimento obtidos a partir de entrevistas semi-estruturadas (n=3).

O coorte da pesquisa corresponde ao período entre 2015.1 e 2019.1. Ficaram estabelecidos como critérios de inclusão e exclusão: discentes com matrícula ativa no curso de Relações Públicas da UFPB, estudantes que tenham ingressado entre os períodos de 2015.1 a 2019.2 e discentes que aceitaram participar da pesquisa por assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados quantitativos foram processados em *software* Excel. A realização da interpretação e análise dos dados coletados através das entrevistas foram realizadas por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD) com o auxílio da plataforma Atlas.

Abordar a retenção considerando a dimensão subjetiva impõe a necessidade de compreender a construção e a estruturação do espaço acadêmico, que ocorre meio de uma base normativa desenvolvida entre 1930 e 1968, período no qual o espaço era ocupado e pensado pela e para a burguesia brasileira (Fávaro, 2000, p.29). Compreendemos que o poder econômico é apenas o elemento mais visível desta situação, sendo o capital cultural o

⁴ A análise longitudinal objetiva acompanhar os estudantes ao longo do tempo e observar os percursos efetivamente realizados por eles, uma metodologia considerada eficaz para pesquisas sobre o ensino (Gaya; Bruel, 2019). A unidade de observação em uma análise longitudinal é tipicamente uma coorte, um grupo de pessoas que compartilham um evento ocorrido no mesmo período (Lima, et al. 2019, p. 166).

verdadeiro definidor do privilégio de classe e reprodução das vantagens educacionais, que posteriormente cria e legitima a ideia de meritocracia (Souza, 2021).

A gradual democratização do acesso ao ensino superior brasileiro reflete um processo histórico marcado por tensões entre grupos com interesses antagônicos, sendo impulsionada pelo aumento do acesso à educação básica e políticas afirmativas (Ricoldi; Artes. 2015), como as cotas, Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), conquistadas através da luta dos movimentos sociais.

A educação é uma área sensível da administração pública, em constante disputa, uma vez que age em diferentes dimensões de interesses, de forma que deve ser gerida com base nos seus princípios fundamentais da administração. A organização da gestão ocorre por meio normativas, planos e manuais que estabelecem critérios e ferramentas de avaliação.

Alguns indicadores utilizados são a Taxa de Conclusão dos Cursos de Graduação (TCG) e a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG). Na UFPB foi adotado por meio do “Glossário e Manual para Cálculo dos Dados da Graduação” a Taxa de Retenção (TxRp). Dados quantitativos que são frequentemente desprovidos da caracterização dos grupos envolvidos e suas dimensões subjetivas. Com a taxa de retenção dos cursos de bacharelado estimada em 44,31%, a UFPB fixou como uma das metas a redução em 20% por meio do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028 (UFPB, 2024a).

No coorte analisado o curso Relações Públicas teve 518 estudantes, que ingressaram majoritariamente através Sistema de Seleção Unificada com a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM/SISU) em ampla concorrência. A análise do primeiro conjunto de dados revela as taxas de conclusão 42,47%, evasão 39,96% e retenção 4%.

No momento da pesquisa, constituíram o grupo dos discentes em situação de retenção 25 indivíduos, sendo estes o universo pesquisado. Observou-se que os estudantes retidos se concentram com maior volume nos últimos períodos, a média histórica anual de retenção durante o período analisado revela as seguintes taxas por ano letivo: 21% em 2016, 32% em 2017 e 22% tanto em 2018 quanto em 2019 (Ribeiro, 2025).

A amostra da pesquisa tem em média 33 anos, composto por 63% de identidades femininas e 36% masculinas, que se autodeclaram brancos (36%), pardos (27%), pretos (27%) e indígenas (9%). Majoritariamente são estudantes naturais da Paraíba (90%), que

durante a coleta de dados afirmaram morar a maior parte de suas vidas em área urbana (90%) e hoje residem em imóveis próprios ou com parentes/familiares.

A análise qualitativa, realizada por meio de entrevistas com três discentes, um homem branco oriundo de escola militar (E1), um homem preto egresso de escola pública (E2) e uma mulher preta com formação integral em rede privada (E3), revelou trajetórias formações de base “deficitárias”. Bem como a influência determinante da família e dos capitais social e cultural (Bourdieu, 1987, p. 4 *apud* Silva, 1995) na trajetória acadêmica. Os dados revelam que uma parcela expressiva dos alunos em retenção provém de famílias onde a escolaridade das mães/cuidadoras (45%) e pais/cuidadores (63%) se concentra nos níveis básicos e médios.

Um fator recorrente nas entrevistas é a hercúlea missão de conciliar estudo e trabalho. 9% estão em busca de emprego, 9% dedicam-se exclusivamente aos estudos e 9% atuam como estagiários. Grande parte (72%) possui alguma forma de trabalho remunerado, incluindo regimes CLT, autônomos e informais. 63% dos estudantes vivem com até R\$2.000,00 mensais e dividem as responsabilidades financeiras com outros membros da família.

Relatos como “Eu estava trabalhando até a noite, e enfim, não tava dando” (E1, 2025), “No meu caso é só falta de tempo mesmo” (E2, 2025) e “Fatores de ordem pessoal mesmo, organização, automotivação, o emprego” (E3, 2025) denunciam que a conciliação entre estudo e trabalho é afetada por conflitos de horário, insegurança com a estabilidade do trabalho, subordinação e organização, impactando na integralização do curso.

Quanto ao engajamento em projetos extracurriculares, a monitoria destacou-se como a principal experiência, com participação nas modalidades remunerada ou voluntária. Essa predominância pode ser interpretada também como um indicativo do potencial interesse pela carreira docente entre os discentes ouvidos, ao passo que é revelado insegurança com relação ao ambiente e carreira acadêmica.

A carreira acadêmica exige uma grande quantidade de competências para que seja bem desenvolvida, desde o domínio do campo do saber específico até habilidades pedagógicas, disciplina, pesquisa e de gestão. A autopercepção de ilegitimidade, como expressa por E1: “Talvez almeje ilegitimamente a possibilidade de estar no ambiente acadêmico, não só como pesquisador, mas sei lá, compartilhando também aquilo que aprendi

aqui” (E1, 2025), pode sinalizar uma consciência dessas exigências, que podem levantar questionamentos sobre a própria condição de atendê-las.

A partir de Souza (2021) podemos compreender que grupos historicamente vulnerabilizados lutam pela conquista do capital cultural que posteriormente se converte em econômico. Sendo as instituições de ensino superior a referência do conhecimento legitimado pela sociedade, podemos acreditar que estes espaços se convertem em espaços seguros de formação, onde a retenção não é apenas um atraso, mas o reflexo da carência de suportes estruturais historicamente negados.

A complexa interação entre fatores estruturais e subjetivos exige uma análise interseccional, que leve em consideração as diferentes dimensões que configuram a situação. Para além das metas de eficiência administrativa, é urgente pensar em estratégias para acolher os diferentes perfis que temos hoje nas universidades brasileiras, oferecendo condições materiais e simbólicas para a formação integral.

Referências

ARTES, A.; RICOLDI, A. M. Acesso de negros no ensino superior: o que mudou entre 2000 e 2010. *Cadernos de Pesquisa*, v. 45, n. 158, p. 858-881, out./dez. 2015. <https://doi.org/10.1590/198053143273>

FÁVARO, M. *Universidade e poder*. 2. ed. Brasília: Editora Plano, 2000.

LIMA, P. et al. Taxas longitudinais de retenção e evasão: Uma metodologia para estudo da trajetória dos estudantes na educação superior. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 27, p. 157-178, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002701431>. Acesso em: 20 fev. 2025.

OLIVEIRA, J. *O jogo da empregabilidade: Identidade e atuação dos diplomados em Relações Públicas pela UFPB*. 2. ed. Florianópolis: Bookess, 2014.

RIBEIRO, J. *Painel gerencial (dashboard) da graduação: CRA - UFPB (2020-2024). *Relatório técnico. João Pessoa: UFPB, 2025.

SOUZA, J. *Como o racismo criou o Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SILVA, G. Capital Cultura, Classe e Gênero em Bourdieu. *INFORMARE – Cad Prog Pós-Grado CioInf.*, v.1, n.2, p.24-36, jul./dez. 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028*. João Pessoa: UFPB, 2024a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. *Glossário e Manual para Cálculo dos Dados da Graduação*. João Pessoa: UFPB, 2024b.